



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA (VIRTUAL) DE 10/09/2024

BREVES COMUNICAÇÕES

General Girão (PL - RN) - O Deputado expressou preocupação com possíveis restrições à liberdade de expressão, mencionando tentativas de controle sobre a Internet. Criticou a Ministra dos Direitos Humanos, nomeada pelo Governo Lula, por estar envolvida em acusações de superfaturamento e má gestão. Questionou o silêncio dos Parlamentares de Esquerda diante de um caso de assédio sexual envolvendo um ex-Ministro, exonerado por Lula.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado comparou o julgamento dos presos de 8 de janeiro de 2023 à Lei da Anistia de 1979, por meio da qual foram anistiados presos políticos. Criticou a visão de que o episódio de janeiro representaria um golpe de Estado, lembrando que os movimentos de esquerda também já depredaram prédios públicos em Brasília sem serem assim classificados. Questionou a falta de individualização nos julgamentos de mais de 2.600 pessoas e destacou ativismo político e midiático no processo.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou o Projeto de lei nº 5.643, de 2023, que concede anistia aos presos de 8 de janeiro, de 2023, destacando que a verdadeira anistia deve ser fruto de diálogo e pactos, não de esquecimento de crimes graves. Relembrou o contexto da anistia de 1979, que acabou perdendo torturadores do regime militar, e alertou sobre a banalização do conceito em propostas atuais. Acrescentou que a tentativa de anistia para os atos de janeiro seria, na verdade, uma pseudoanistia que valida ações golpistas e despreza a construção democrática.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado destacou o crescimento dos Republicanos no Maranhão, afirmando que o Partido emergirá como uma das principais forças políticas do Estado após as próximas eleições. Parabenizou os candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador pelo comprometimento com suas campanhas e expressou confiança no futuro político do Partido. Fez menção especial ao Município de Governador Nunes Freire (MA), elogiando a gestão do atual Prefeito Josimar da Serraria e ressaltando a candidatura de Stéfano Brandão como sucessor.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado manifestou sua divergência com o Deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) sobre o tratamento dos envolvidos nos eventos de 8 de janeiro, de 2023. Destacou que, embora condene os atos de depredação e vandalismo, considera injusto que os mais de 2.600 presos tenham sido julgados coletivamente e recebam penas severas, superiores até aos de traficantes e homicidas. Argumentou que, assim como nos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

acontecimentos anteriores, como as depredações realizadas por movimentos de esquerda, as ações individuais devem ser comprovadas, e as punições proporcionais. Lembrou a anistia de 1979, afirmando que, embora tenha sorte de erros, é importante refletir sobre a justiça nos julgamentos atuais.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado, em resposta ao Deputado Luiz Lima (PL-RJ), destacou a importância do debate sobre os acontecimentos de 8 de janeiro e destacou que, em seu entendimento, aquele foi o ápice de uma trama golpista contra a Constituição de 1988 e o processo eleitoral brasileiro. Confirmou que as responsabilidades devem ser individualizadas e que as condenações não devem ser massivas, ressaltando que a dosimetria das penas é crucial. Mencionou que os principais responsáveis pelas articulações do golpe de Estado ainda não foram punidos e afirmou que ações anteriores de movimentos sociais, embora tenham gerado depredações, não visavam a derrubada do Poder constituído para implantar um regime autoritário.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado expressou seu desacordo com a posição do Deputado Luiz Lima (PL-RJ), destacando que os atos de 8 de janeiro, de 2023, foram uma tentativa de golpe de Estado, e não um simples movimento reivindicatório. Ressaltou que o ataque foi dirigido contra os três Poderes e a democracia, buscando deslegitimar o resultado eleitoral que elegeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Defendeu que os responsáveis por esses atos devem ser punidos, não apenas aqueles que participaram diretamente, incluindo os que estiveram envolvidos nos bastidores. Posicionou-se contra o Projeto de lei nº 5.643, de 2023, que concede anistia aos envolvidos nos atos 8 de janeiro, afirmando que isso seria um retrocesso no fortalecimento da democracia brasileira.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 5.643, de 2023, que concede anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023, considerando-o um mau exemplo, capaz de incentivar futuros ataques às instituições democráticas. Destacou as imagens de destruição no Congresso Nacional, no Palácio do Planalto e no STF como provas do ocorrido. Também abordou a visita do Presidente Lula ao Amazonas, enfatizando a necessidade de políticas permanentes para enfrentar as mudanças climáticas, como sistemas de abastecimento de água e práticas agrícolas adaptadas.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado criticou a tentativa de alguns segmentos do mercado financeiro de criar incerteza econômica no Brasil, mesmo com indicadores positivos como o crescimento do PIB e a queda da inflação. Ressaltou que a economia está em recuperação e que a pressão por altas de juros não se justifica. Comentou sobre o aumento significativo da população idosa, que deverá representar 37,8% da população em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

2070. Por fim, destacou a necessidade urgente de políticas públicas eficazes e pediu maior envolvimento do Congresso nas questões relativas aos idosos.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado leu um editorial do *Estado* que criticou a atuação recente do Supremo Tribunal Federal (STF), destacando a falta de prudência, o risco de parcialidade e que o STF não deveria se posicionar politicamente, especialmente após o convite do Presidente Lula ao Ministro Alexandre de Moraes para um evento de 7 de Setembro, demonstrando, assim uma proximidade indevida entre o Executivo e o Judiciário. Também comentou que o Governador do Distrito Federal foi colocado em segundo plano no desfile, indicando uma tensão entre o Governo Federal e o Governo local.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 4.546, de 2021, que institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, apresentado durante o Governo Bolsonaro. Afirmou que o proposta está desconectada da Política Nacional de Recursos Hídricos e desrespeita princípios fundamentais, como a descentralização e a gestão participativa da água, além de desconsiderar a água como bem público e direito humano. Destacou que o projeto é visto como uma tentativa de privatização da água e defendeu a sua retirada, ressaltando a importância de alocar recursos para prevenção de desastres de natureza hídrica.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado anunciou a presença de Claudete Alves e Joélia, do Sindicato dos Educadores da Infância, que pediram a votação urgente do Projeto de Lei Complementar nº 145, de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), congelando a evolução na carreira dos funcionários públicos durante a pandemia. Destacou a importância de reparar essa injustiça, especialmente para os trabalhadores da educação que acompanharam as aulas durante o período crítico.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Presidente Lula, alegando que a Suprema Corte tem agido com injustiça e parcialidade. Destacou que o STF negou o pedido de soltura de um preso do 8 de janeiro, que acabou morrendo na cadeia, enquanto a artista Deolane Bezerra, acusada de crimes graves, foi libertada. Contestou a atual Gestão sobre a Amazônia e as queimadas, afirmando que o Governo não tem apresentado soluções eficazes. Comentou a apreciação do Projeto de lei nº 5.643, de 2023, que concede anistia aos envolvidos nos atos 8 de janeiro, na Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara. Por fim, solicitou a construção da BR-319 para melhorar a integração da Região Norte.

Bebeto (PP - RJ) - O Deputado destacou a importância de uma audiência pública que presidiu na Comissão de Viação e Transportes, a qual tratou da concessão de várias rodovias, incluindo a Rodovia Presidente Dutra



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

e o trecho Magé-Manilha (RJ). Abordou um problema específico, que persiste há 8 anos, o fechamento da entrada principal de São João de Meriti (RJ) pela CCR NovaDutra, que após divulgação e reuniões com autoridades, será reaberta na próxima sexta-feira, beneficiando os moradores e empresários da região. Também anunciou a revitalização da malha ferroviária na área, com melhorias que incluem uma ciclovia e a limpeza de áreas abandonadas.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado elogiou o Parlamentar Bebeto por seu trabalho em defesa de São João de Meriti (RJ), destacando sua atuação combativa e seu compromisso com a comunidade local. Informou que Bebeto é candidato a Vice-Prefeito na chapa de Valdecy da Saúde, e expressou apoio à candidatura, garantindo que o povo de São João de Meriti reconhecerá sua atuação Parlamentar.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado parabenizou a FETAG e os sindicatos do Rio Grande do Sul pelo trabalho em defesa dos agricultores afetados por secas e enchentes. Destacou o sucesso das negociações que resultaram em medidas de flexibilização e prazos estendidos para os agricultores, elogiando o esforço dos sindicalistas em Brasília. Exigiu a necessidade de garantir recursos orçamentários para implementar as medidas e enfatizou a importância de agir com agilidade em situações de calamidade.

Carlos Zarattini (PT - SP) - O Deputado destacou a deflação no Brasil, comemorando a redução de preços e o crescimento econômico, com queda do desemprego para pouco mais de 6% e crescimento de 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) no último trimestre. Por outro lado, criticou a política de juros altos do Banco Central. Defendeu também uma reforma administrativa para limitar salários públicos e elogiou os esforços do Governo Lula na melhoria da economia, geração de empregos e programas sociais.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou o Prefeito de Queimados (RJ), Glauco Kaizer, acusando-o de não utilizar corretamente os R\$20 milhões enviados pelo seu mandato para melhorias na cidade. Detalhou que R\$9,5 milhões foram destinados para obras de drenagem e quase R\$10 milhões para pavimentação, mas a Prefeitura não apresentou a documentação necessária, como o projeto básico e a licença ambiental, atrasando as obras. Além disso, afirmou que mais de R\$1,8 milhão já foi enviado para a saúde, e outros R\$2,2 milhões foram usados, ressaltando que o problema está na gestão atual da Prefeitura.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado criticou a nomeação da Ministra dos Direitos Humanos pelo Governo Lula, afirmando que ela possuiria uma longa ficha criminal. Mencionou que o ex-Ministro Silvio Almeida foi acusado de importunação sexual e que o Governo supostamente sabia disso. Expressou também



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

surpresa pela falta de reação das feministas da Esquerda sobre o caso. Além disso, alegou que a nova Ministra teria envolvimento com desvios de 6,5 milhões de reais em uniformes escolares, entre outras irregularidades.

Julio Lopes (PP - RJ) - O Parlamentar elogiou o Deputado Beбето por sua atuação na Comissão de Viação e Transportes, resultando na abertura da alça viária da principal avenida de acesso a São João de Meriti (RJ). Destacou que a alça permitirá uma conexão direta entre as avenidas Presidente Vargas e a Presidente Dutra com a cidade.

Bebeto (PP - RJ) - O Parlamentar agradeceu ao Deputado Julio Lopes por participar da audiência pública com a EcoRioMinas, que resultou na reabertura da entrada principal para o centro comercial de São João de Meriti (RJ), em Vilar dos Teles. Destacou que essa entrada ficou fechada por 30 anos devido a uma decisão da concessionária CCR NovaDutra na época. Também agradeceu ao Deputado Otoni de Paula por sua participação na audiência na Comissão de Viação e Transportes (CVT) que levou à reabertura da entrada.

Julio Lopes (PP - RJ) - O Deputado agradeceu aos Deputados Beбето e Otoni de Paula e ao Presidente da Câmara Municipal de São João de Meriti (RJ), Davi Perini Vermelho, o Didê, destacando a luta pela abertura de uma alça viária em São João de Meriti e a dedicação de Didê em melhorar a qualidade de vida na região. Ressaltou a coragem de Didê em desobstruir áreas fechadas pelo tráfico e pela organização criminosa PCC. Também expressou preocupação com a ilegalidade no Brasil, mencionando problemas como evasão fiscal, contrabando de pneus, fraudes no setor de combustíveis e a alta porcentagem de cigarros e bebidas contrabandeadas. Pediu ao Presidente da Frente Parlamentar da Segurança Pública, Deputado Fraga, apoio para combater essas práticas ilegais.

Gilberto Nascimento (PSD - SP) - O Deputado expressou sua preocupação com as altas taxas de juros cobradas pelos cartões de crédito no Brasil, chegando a 536% ao ano em alguns casos, apesar da Taxa de Juros Selic ser de 10,5% ao ano e do Desenrola Brasil (Lei nº 14.690, de 2023) limitar os juros dos cartões de crédito a 100%. Destacou que essa prática prejudica as pessoas mais pobres, que acabam recorrendo ao cartão de crédito para cobrir despesas básicas e se tornam incapazes de pagar suas dívidas devido aos juros exorbitantes. Criticou a política monetária do Banco Central, tanto os bancos privados quanto os públicos por lucrarem em cima da população e ressaltou a necessidade de ação por parte da Câmara dos Deputados e da Comissão de Defesa do Consumidor para fazer cumprir a lei e proteger os consumidores. Chamou atenção para o impacto negativo que essa situação acarreta na economia, deixando a população mais pobre enquanto os lucros dos bancos aumentam.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

Luiz Carlos Haully (PODE - PR) - O Deputado criticou a pressão do mercado financeiro para aumentar as taxas de juros, considerando isso prejudicial ao Brasil e à população. Além disso, propôs uma alternativa à contribuição previdenciária, sugerindo a unificação da tributação para empresas do Lucro Presumido e do Lucro Real, com uma alíquota de 4% a 5% da receita bruta, assim como é feito no SIMPLES Nacional, visando simplificar a tributação da folha de pagamento e garantir uma arrecadação mais justa para financiar a Previdência Social.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de suspender a Plataforma X, ressaltando o impacto dessa medida sobre a liberdade de expressão e o acesso à informação de cerca de 20 milhões de brasileiros. Destacou a importância da *Starlink* em áreas remotas e a integração dessa tecnologia em viaturas de segurança pública, questionando como esse investimento seria afetado pela suspensão. Defendeu que a liberdade de expressão é essencial para a democracia, mas deve ser exercida com responsabilidade. Além disso, sugeriu que a decisão do STF teria sido emocional e pessoal entre o Ministro do STF, Alexandre de Moraes e o empresário Elon Musk, e que medidas regulatórias devem ser adotadas com cautela para não restringir os direitos fundamentais. Concluiu defendendo uma discussão mais madura e transparente sobre a regulamentação das redes sociais.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada expressou preocupação com a situação ambiental de Curitiba (PR), destacando que a cidade, conhecida como Capital Ecológica, está enfrentando uma crise devido a queimadas e eventos climáticos extremos. Alertou para os efeitos na saúde pública, especialmente entre crianças, idosos e pessoas com doenças respiratórias, devido à má qualidade do ar comparável a cidades altamente poluídas como Pequim, na China. Em razão disso, solicitou ao Governo Federal, Estados e Municípios, medidas urgentes contra as queimadas e políticas para enfrentar a mudança climática. Em complementação, mencionou a luta para preservar uma área verde na Rua Arthur Bernardes, em Curitiba, ressaltando a importância de proteger o meio ambiente e educar sobre a crise climática.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado denunciou fraude no Sistema de Regulação em Saúde (SISREG) na Prefeitura de Queimados (RJ). Alegou que funcionários inseriram informações falsas no sistema para reservar vagas em filas de espera, depois as cancelando para beneficiar pessoas ligadas à política local. Citou um caso que envolveu uma pessoa que fez 340 marcações no mesmo dia. Afirmou ter protocolado denúncias na Procuradoria-Geral da União, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Ministério da Saúde, pedindo intervenção da Polícia Federal em Queimados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada expressou preocupação com a emergência climática e os impactos das queimadas no Brasil, destacando a poluição do ar em São Paulo (SP) e outras cidades. Criticou a falta de políticas ambientais eficazes e responsabilizou setores do agronegócio pelas queimadas criminosas. Mencionou o Projeto de Lei nº 3.362, de 2024, que acrescenta o Art. 38-A à Lei nº 12.651, de 2012 (Código Florestal), para estabelecer medidas nos casos de uso irregular do fogo, proibindo a venda e loteamento de terras queimadas. Além disso, pediu ao Governo Federal para reforçar a fiscalização ambiental e adotar políticas de desmatamento zero. Também solicitou a decretação do estado de emergência climática e convocou um ato na Avenida Paulista, em São Paulo (SP), para conscientizar sobre a crise ambiental.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado informou ter protocolado na Procuradoria-Geral da República uma notícia-crime e pedido de instauração de inquérito para investigar a prática de crimes como favorecimento à prostituição e exploração sexual. Denunciou uma propaganda da agência de prostituição "*Fatal Model*", que está sendo veiculada durante o Campeonato Brasileiro nas séries A, B e C, questionando se a prostituição foi legalizada no Brasil para ser anunciada livremente na televisão e nos estádios. Ressaltou que sua preocupação é principalmente a proteção de crianças e adolescentes, e não uma questão de moralismo.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada destacou a importância da assinatura de um protocolo entre o Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp), a Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) e a Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, focado no combate à violência política de gênero. Enfatizou que essa iniciativa é crucial para a participação efetiva das mulheres na política e pediu o apoio da mídia para informar e educar sobre o tema. Além disso, ressaltou a necessidade de abordar questões como a não recepção de denúncias e atrasos nos julgamentos e conclamou Parlamentares, autoridades e jornalistas a se unirem nessa causa para fortalecer a democracia e os direitos das mulheres.

Bosco Costa (PL - SE) - O Deputado destacou uma chacina que ocorreu em Nossa Senhora Aparecida (SE), durante um campeonato de sinuca, resultando na morte de seis pessoas. Elogiou a atuação da Polícia Civil e Militar de Sergipe, destacando o trabalho do Delegado Gregório Bezerra. Em seguida, expressou preocupação com as queimadas que afetam o Brasil, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, e enfatizou a necessidade de ação das polícias para combater esses incidentes, que ele acredita serem, em grande parte, criminosos.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado criticou a postura de alguns políticos que se apresentam como conservadores para atrair o eleitorado, especialmente em Itaperuna (RJ). Destacou o Vice-Prefeito Nel, do Partido Liberal (PL), como candidato na cidade, mas ressaltou que quem sempre levantou a bandeira do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

conservadorismo e do ex-Presidente Bolsonaro em Itaperuna foi o Deputado Murillo Gouvea, o atual Prefeito. Antes de encerrar, afirmou que estará em Itaperuna para apoiar a verdade e reforçar os valores conservadores.

Lucyana Genésio (PDT - MA) - A Deputada destacou a importância da valorização dos profissionais técnicos e administrativos da educação básica, defendendo o Projeto de Lei nº 2.531, de 2021. Ressaltou que o projeto estabelece um piso salarial de R\$ 2.164,68 para jornadas de até 40 horas semanais, visando corrigir a negligência histórica sofrida por esses servidores. Ademais, mencionou um encontro com representantes do sindicato de trabalhadores da educação do Maranhão, que evidenciaram a necessidade da aprovação da proposta. Solicitou a inclusão imediata da propositura na Ordem do Dia e apelou pela votação do requerimento de urgência, reforçando a relevância desses profissionais para o bom funcionamento das escolas.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado destacou duas pautas importantes em votação: a desoneração da folha de pagamento e a renegociação das dívidas dos Estados. Ressaltou que a desoneração, que impacta o orçamento em cerca de R\$ 25 a R\$ 26 bilhões, precisa ser votada rapidamente para evitar a reoneração. Também sugeriu medidas como a atualização de bens no Imposto de Renda, a repatriação de ativos mantidos no exterior e o combate a fraudes no INSS e programas sociais. Além disso, discorreu sobre as dívidas estaduais, mencionando o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (PROPAG), que visa a recuperação financeira de Estados como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, defendendo a responsabilidade fiscal.

Eduardo Bismarck (PDT - CE) - O Deputado defendeu a criação de um piso salarial nacional para os secretários escolares, categoria que considera frequentemente esquecida. Ressaltou a importância desses profissionais, responsáveis por registros escolares e financeiros, e denunciou que muitos recebem salários abaixo do mínimo. Nesse contexto, apresentou o Projeto de Lei nº 3.817, de 2020, que já foi aprovado nas comissões de Educação, Trabalho e Finanças, mas aguarda análise da Comissão de Constituição e Justiça. Concluiu apelando à Presidente da Comissão para pautar o projeto, argumentando que os recursos necessários já estão previstos no FUNDEB.

Gisela Simona (UNIÃO - MT) - A Deputada celebrou os 34 anos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, ressaltando sua importância como instrumento de cidadania. Citando os 20 anos de atuação no PROCON, destacou os principais desafios enfrentados pelos consumidores, especialmente em relação aos serviços públicos essenciais e à crescente vulnerabilidade nos meios digitais. Criticou projetos que visam



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

reduzir a clareza das informações ao consumidor, como a substituição de bulas por QR Code, e alertou para retrocessos em conquistas da legislação. Por fim, homenageou os servidores dos PROCONs pelo trabalho na defesa dos direitos dos consumidores.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada celebrou a nomeação de Macaé Evaristo para o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, destacando sua trajetória em prol dos movimentos sociais, da educação e das minorias. Além disso, a Deputada comemorou o aumento de 5,8% na renda dos trabalhadores, conforme o IPEA, e a criação de mais de 3 milhões de empregos pelo Governo Lula. Enfatizou também a retirada de 24 milhões de pessoas da fome, destacando o compromisso do Governo com a inclusão social, a igualdade salarial e o desenvolvimento econômico inclusivo. Também destacou a importância de garantir salários iguais para mulheres e homens que desempenham as mesmas funções, ressaltando que mulheres negras enfrentam uma disparidade ainda maior. Além disso, registrou sua presença na cerimônia de posse da nova diretoria do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, destacando a relevância da inclusão e da tecnologia para o progresso do país, incluindo investimentos em indústria naval, construção de casas e economia verde.

Missionária Michele Collins (PP - PE) - A Deputada expressou sua indignação com a declaração do Prefeito de Jaboatão dos Guararapes (PE), Mano Medeiros, que afirmou que "autismo está na moda". Repudiando a fala, destacou o sofrimento das famílias e a falta de políticas públicas adequadas para atender pessoas com autismo, doenças raras e negligenciadas. Relatou a dificuldade dessas famílias em conseguir diagnóstico e tratamento, além da ausência de estrutura educacional e de saúde para essas crianças. Ao finalizar, também agradeceu aos Deputados que apoiaram o voto de repúdio ao Prefeito.

Luiz Fernando Vampiro (MDB - SC) - O Deputado destacou a urgência de uma solução para o trecho da BR-101 no Morro dos Cavalos, em Santa Catarina. Mencionou que uma queda de barreira, no início de 2024, interrompeu o trânsito por mais de quatro dias, causando prejuízos bilionários. Ressaltou que, apesar da recuperação do trecho, persiste a necessidade de uma solução definitiva como a construção de um viaduto circular. Também mencionou a tragédia do naufrágio de duas embarcações em Passo de Torres (SC), pedindo atenção para o assoreamento da área. Encerrou clamando por mais investimentos do Governo Federal e justiça financeira para o Estado.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado criticou o tratamento dado aos eventos de 8 de janeiro de 2023, classificando-os como tumulto e não como tentativa de golpe ou terrorismo, como alegado por alguns setores. Defendeu a aprovação de projetos de anistia na Comissão de Constituição e Justiça, alegando que a reação do Governo foi exagerada e punitiva. Criticou as prisões prolongadas de manifestantes, considerando-



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

as abusivas, e mencionou a apresentação de um pedido de *impeachment* contra o Ministro Alexandre de Moraes. Também acusou o ex-Ministro dos Direitos Humanos de assédio sexual, solicitando uma investigação rigorosa sobre sua conduta e sobre possíveis prevaricações do Presidente da República e autoridades envolvidas. Além disso, cobrou medidas efetivas para a reconstrução do Rio Grande do Sul, criticando o Governo Federal por promessas não cumpridas e falta de apoio adequado às vítimas das enchentes.

Missionária Michele Collins (PP - PE) - A Deputada homenageou Isaac Machado, falecido recentemente em Recife (PE). Lembrou que Isaac, cadeirante e portador de uma doença rara, foi um grande defensor das pessoas com deficiência. Além disso, ressaltou que ele se destacou como Coordenador do Fórum Municipal de Educação e Conselheiro Municipal de Saúde, sendo eleito o melhor Conselheiro do Brasil. Ao encerrar, agradeceu a Deus pela vida de Isaac e solicitou à Casa Legislativa um minuto de silêncio em sua memória.

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado expressou satisfação pela publicação de uma matéria sobre seu projeto de lei que propõe punições administrativas para assédio sexual e moral por agentes públicos. Destacou que a proposta visa tipificar esses atos como improbidade administrativa, com sanções como a perda de direitos políticos por até 8 anos e multas. Também sublinhou a importância do diagnóstico precoce de retinopatia diabética e a necessidade de melhores tratamentos, mencionando um fórum sobre saúde ocular realizado na Câmara dos Deputados, que demonstrou o impacto da retinopatia e a necessidade de acesso a tratamentos adequados.

Benes Leocádio (UNIÃO - RN) - O Deputado anunciou o início da pavimentação com bloquetes intertravados do Assentamento 03 de Agosto, no Município de Lajes (RN), obra prometida durante seu mandato como Prefeito. Criticou a falta de funcionamento de um dessalinizador instalado em parceria com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, devido a débitos da Prefeitura com a Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN). Destacou a construção de uma Academia da Saúde e a previsão de 130 casas com recursos do Orçamento de 2024. Elogiou o Governo Federal pela inclusão de 230 moradias no Programa Minha Casa, Minha Vida. Lamentou a ineficiência da gestão municipal em resolver problemas básicos e o atraso na construção de um galpão têxtil.

ORDEM DO DIA

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 658, de 2021, que dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

bioinsumos por meio do manejo biológico on farm; ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos e dá outras providências.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 658, de 2021, que dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bioinsumos por meio do manejo biológico on farm; ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos e dá outras providências. Além disso, saudou seu irmão, Dr. Renato de Paula, que é candidato a Vereador no Rio de Janeiro (RJ). Destacou o orgulho que Renato representa para a família e para os cariocas, elogiando seu trabalho como fisioterapeuta, sua formação em neurociência e sua contribuição como Presidente da SUDERJ, especialmente no apoio a pessoas com deficiência e doentes raros. Por fim, expressou confiança de que Renato será bem reconhecido pelos cariocas.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 658, de 2021, que dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bioinsumos por meio do manejo biológico on farm; ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos e dá outras providências.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 658, de 2021, que dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bioinsumos por meio do manejo biológico on farm; ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos e dá outras providências.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada solicitou à Presidência que a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 658, de 2021, fosse nominal. Criticou o início da Ordem do Dia às 17 horas, considerando-o um boicote ao trabalho da Comissão de Constituição e Justiça sobre a anistia dos presos políticos. Alegou que essa mudança de horário reflete negociações internas para a eleição da Presidência da Casa no próximo ano, o que estaria prejudicando pautas importantes.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado ressaltou a importância da votação do Projeto de Lei nº 658, de 2021, que dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bioinsumos, explicando que o projeto não tem relação com a pauta discutida anteriormente na CCJ. Destacou que a urgência dessa matéria foi bem negociada com o Senado e que o objetivo é permitir que o mérito fosse votado no dia seguinte. Pediu aos Parlamentares que votem imediatamente, presencialmente ou via sistema Infoleg, para garantir o avanço da sessão, que ainda incluía uma votação relevante sobre combustíveis do futuro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado enfatizou a importância da votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 658, de 2021, especialmente para os agricultores, sejam grandes ou pequenos produtores, que já estão produzindo bioinsumos. Argumentou que, ao não votar, estariam prejudicando os produtores rurais que buscam insumos mais baratos e sustentáveis. Destacou que a proposta ajuda a reduzir a dependência de insumos químicos caros, beneficiando os agricultores e a natureza. Pediu que todos os Parlamentares comparecessem ao plenário e votassem a favor da medida, comprometendo-se a votar "sim".

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 658, de 2021, que dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bioinsumos por meio do manejo biológico *on farm*; ratifica o Programa Nacional de Bioinsumos e dá outras providências.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado destacou a ação heroica de Diego, um motoboy que, ao presenciar um grave acidente de ônibus no Rio de Janeiro (RJ), salvou uma criança que havia perdido o braço. Informou que Diego levou a criança ao hospital e, posteriormente, retornou ao local do acidente para encontrar o braço amputado, que foi recolocado pela equipe médica. Mencionou ainda que o Prefeito Eduardo Paes reconheceu a bravura de Diego, concedendo-lhe o título de Cidadão do Ano e oferecendo-lhe um emprego formal na Prefeitura.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado destacou os avanços econômicos alcançados pelo Governo Lula, mencionando o crescimento de 1,4% do PIB no último trimestre e a expectativa de um crescimento médio de 3,3% em 2023 e 2024. Celebrou o aumento da produção industrial, dos investimentos, e o crescimento do consumo das famílias. Ressaltou que o Brasil lidera o crescimento entre os países do G20, com redução do dólar e deflação. Por fim, enfatizou a importância do aumento no salário mínimo, investimentos públicos e o Plano Safra, além de criticar as altas taxas de juros.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada fez uma questão de ordem com base no art. 86 do Regimento Interno da Câmara, criticando a organização da Ordem do Dia e a falta de previsibilidade das pautas. Alegou que a sessão foi iniciada para boicotar a discussão do Projeto de Lei nº 2.858, de 2022, sobre a anistia de manifestantes na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, um tema que, segundo ela, visa libertar pessoas inocentes perseguidas pelo Estado. Criticou, também, a atuação do Ministro Alexandre de Moraes e afirmou que a situação prejudica a democracia e a justiça no Brasil. Expressou descontentamento com negociações políticas em curso e pediu mais transparência nas pautas legislativas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado criticou as ações relacionadas às manifestações de 8 de janeiro, especialmente as prisões e sentenças longas de até 17 ou 18 anos para os envolvidos. Destacou que, embora reconheça que há culpados, eles deveriam ser julgados com direito a recurso e condenados de forma proporcional aos crimes cometidos, como depredação e dano, mas não com penas tão severas. Criticou o que chamou de manipulação das votações na Câmara, referindo-se ao início da Ordem do Dia no Plenário para evitar a discussão do Projeto de Lei nº 2.858, de 2022, sobre a anistia de manifestantes na CCJC, e reiterou sua posição de obstrução até que a pauta receba a devida atenção e respeito.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados. Além disso, parabenizou jovens da Assembleia de Deus do Ministério de Madureira, que ajudaram a socorrer vítimas de um grave acidente envolvendo um ônibus que tombou no viaduto de São Cristóvão, no Rio de Janeiro (RJ).

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados. Criticou o início da Ordem do Dia sem uma pauta definida, acusando de manobra para impedir a votação do Projeto de Lei nº 2.858, de 2022, sobre a anistia de manifestantes do 8 de Janeiro. Classificou o ocorrido como uma injustiça.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

Zucco (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 2.762, de 2024, que institui a Política Nacional de Cuidados.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

constitucional em saúde. Além disso, criticou os acontecimentos no Congresso durante a votação do projeto de lei de anistia aos participantes da manifestação de 8 de janeiro, considerando a prisão de manifestantes como injusta. Citou o caso de Débora, preso por uma frase escrita com batom, e a morte de Clezão, atribuindo responsabilidade à Suprema Corte. Justificou a interferência pela falta de pauta definida, indicando que a intenção era impedir a anistia.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Heitor Schuch (PSB - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado condenou a acusação de que a Presidência da Câmara e as eleições municipais estariam sendo negociadas junto com o projeto de lei da anistia. Considerou tal prática inadmissível e afirmou que não participaria de um processo com regras manipuladas e falta de transparência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde. Defendeu o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes e a anistia a presos políticos. Mencionou a obstrução realizada por membros da Esquerda na CCJ, destacando a presença de familiares de presos, incluindo parentes de Clezão, que faleceu no Complexo da Papuda. Acusou o Ministro Alexandre de Moraes de negligência nesse caso. Afirmou que a prioridade do momento é a anistia, justificando a obstrução contínua da sessão.

Zucco (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde. Destacou que os parlamentares não tiveram tempo para ler a pauta em discussão. Aproveitou para criticar a Esquerda, mencionando a falta de posicionamento de suas Deputadas em relação ao afastamento de um indivíduo que ele chamou de "taradão" e associou ao caso de Anielle Franco. Afirmou que a Esquerda adota uma postura seletiva e incoerente, focando apenas em narrativas. Desafiou as Deputadas a se pronunciarem sobre o ocorrido.

Renildo Calheiros (PCdoB - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado expressou surpresa ao receber a pauta sem a inclusão de dois projetos considerados fundamentais: o Projeto de Lei nº 1.847, de 2024, que desonera a folha de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

pagamento, e o Projeto de Lei Complementar nº 121, de 2024, que institui o Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Destacou que as urgências desses projetos foram aprovadas no dia anterior e questionou o Presidente Mauro Benevides sobre a ausência de ambos na pauta do dia, ressaltando a importância de sua inclusão para a votação.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado expressou sua indignação com o ocorrido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), criticando a postura de partidos de Esquerda e colegas parlamentares. Afirmou que perseguidos políticos, cuja anistia seria discutida na CCJ, estão sendo usados como moeda de troca nas negociações para a eleição da Presidência da Câmara. Também criticou a demora na instalação de uma CPI de abuso de autoridade e a falta de compromisso do Presidente da Câmara, Arthur Lira, com questões de direitos humanos. Sugeriu que a Oposição lance um candidato à sucessão da Presidência.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada reafirmou seu posicionamento contra o assédio sexual, destacando que se manifestou nas redes sociais e no plenário após a denúncia envolvendo o Governo Lula. Elogiou a postura imediata do Presidente Lula, que afirmou ser inadmissível o assédio, destacando a incompatibilidade entre assédio e democracia. Também comparou a resposta de Lula com a do ex-Presidente Jair Bolsonaro, mencionando o caso de Pedro Guimarães e criticando a postura de Bolsonaro diante de situações semelhantes. Reforçou seu compromisso de combater o assédio, independentemente de onde venha.

Damião Feliciano (UNIÃO - PB) - O Deputado proferiu parecer o Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado anunciou a obstrução da sessão, alegando que suas questões de ordem não foram respondidas e que os problemas persistem no Congresso. Reclamou da convocação da Ordem do Dia com apenas 4 minutos de antecedência, o que forçou os parlamentares a votar sem esclarecer sobre o que seria deliberado. Afirmou que a sessão foi convocada para impedir a votação do projeto de lei da anistia na CCJ e criticou o uso de manobras para barrar votações.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada apresentou uma questão de ordem a respeito da falta de transparência na divulgação de pautas no Plenário. Criticou a publicação de uma pauta apenas 5 minutos antes do início da Ordem do Dia, o que prejudicou o andamento de uma sessão importante na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Enfatizou que esse tipo de prática desrespeita os Deputados e a sociedade civil,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

classificando a situação como abuso de poder. Pediu que o Regimento Interno da Câmara seja cumprido e que os Parlamentares sejam respeitados.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde. Afirmou que a obstrução da Oposição visa aprovar a anistia para envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro, incluindo o ex-Presidente Bolsonaro. Rejeitou qualquer tentativa de anistiar os responsáveis por esses ataques ao Estado de Direito.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado defendeu a Proposta de Emenda Constitucional nº 70, de 2023, do Senado Federal, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para conceder anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023 e restaurar os direitos políticos dos cidadãos declarados inelegíveis em face de atos relacionados às Eleições de 2022, afirmando que é necessária e que aqueles envolvidos nos atos de 8 de janeiro foram injustamente criminalizados. Criticou a atuação do Governo, alegando que a falta de proteção adequada permitiu a infiltração de grupos durante os protestos. Destacou o caso de uma mulher condenada a 20 anos de prisão por participar das manifestações e classificou a decisão como um exagero. Também acusou o Ministro Alexandre de Moraes de cometer abusos contra os envolvidos nos eventos, afirmando que isso, sim, representaria um golpe.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado criticou a postura de membros da Extrema Direita durante uma conversa com o Deputado Nikolas Ferreira. Informou que a tentativa de interromper o diálogo entre os Parlamentares reflete a incapacidade de certos grupos em aceitar o debate e a troca de ideias. Destacou que, enquanto a Extrema Direita continua a promover violência e agressão, seu lado político preza pelo amor, respeito e diálogo. Lamentou o comportamento hostil e ressaltou a importância de conversas construtivas dentro do Parlamento.

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado defendeu o diálogo e a troca de ideias no Parlamento, afirmando que, apesar das divergências políticas, é importante manter conversas saudáveis e respeitadas. Destacou que, embora existam diferenças de temperamento e afinação ideológica, o diálogo deve prevalecer. Informou que, com exceção do Deputado Janones, com quem não conversa, está aberto ao debate com todos os lados. Também mencionou a importância de virtudes como mansidão e domínio próprio, inspiradas em Cristo, em sua conduta pessoal e política.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado ressaltou a necessidade de diálogo no Parlamento, mesmo entre Parlamentares de posições opostas. Classificou como "desonestidade intelectual" o pedido de anistia para pessoas envolvidas em atos criminosos durante os ataques de 8 de janeiro, comparando-os de forma inadequada a presos políticos como Gandhi e Martin Luther King. Destacou os avanços econômicos sob o Governo Lula, como a deflação e a geração de empregos.

Eliza Virgínia (PP - PB) - A Deputada expressou apoio à Operação Território Livre, realizada pela Polícia Federal em João Pessoa (PB), destacando a importância da ação contra a violência durante campanhas eleitorais. Relatou que candidatos a vereador enfrentaram dificuldades para entrar em certas áreas da cidade, sendo obrigados a realizar encontros políticos em locais seguros devido à intimidação local. Também repudiou a violência nos presídios, mencionando o caso de pessoas que, mesmo sem crimes graves, correm risco de perder a vida dentro do sistema prisional. Reforçou a necessidade de priorizar a vida em todas as instâncias.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou o negacionismo que minimiza os eventos de 8 de janeiro, quando houve depredação das sedes do Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal e Presidência da República, e tentativas de explosões em Brasília (DF). Destacou que as prisões resultaram de ações ilegais contra a democracia e não por posições políticas. Também acusou a Extrema Direita de obstruir votações importantes como forma de evitar a responsabilização por atos antidemocráticos. Defendeu o respeito aos direitos humanos, mas repudiou a tentativa de encobrir as responsabilidades pela violência daquele dia.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada criticou a negação do status de perseguidos políticos para os manifestantes presos. Comparou esses casos com a anistia concedida a guerrilheiros do passado, questionando a discrepância de tratamento. Também afirmou que os presos atuais não são terroristas, mas sim pessoas que se manifestaram até o dia 8 de janeiro, quando a situação teria sido agravada por infiltrados. Acusou a Esquerda de manipulação e subterfúgios, alegando que há tentativas de esconder imagens e informações que poderiam esclarecer os eventos. Defendeu a transparência e o devido processo legal, afirmando que a obstrução dos projetos importantes CCJ é um reflexo do desejo da Esquerda de desumanizar os opositores. Ao final, defendeu a liberdade de expressão, criticou o fascismo e reiterou o apoio à luta pela verdade e pela justiça.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado saudou o membro do Movimento Democrático de Moçambique, Luis Maragique, em visita ao Parlamento Nacional. I Destacou a importância do relacionamento democrático



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

entre os países e enviou votos de sucesso ao Movimento Democrático de Moçambique e ao Secretário-Geral Augusto Mbazo. Expressou apoio à democracia e desejou bênçãos e êxito aos visitantes.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de adiamento de votação por uma sessão do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde. Destacou a necessidade de priorizar assuntos cruciais como a anistia, a CPI do Abuso de Autoridade e o pedido de *impeachment* do Ministro Alexandre. Afirmou que, apesar de projetos importantes estarem na pauta, a obstrução é necessária para abordar questões graves, como o caso de Débora, mulher presa por uma infração menor. Elogiou a compreensão do Deputado Coronel Alberto Fraga, que concordou com a obstrução do projeto. Criticou a situação política atual e defendeu que a obstrução é a forma de mostrar a relevância e a integridade do Congresso Nacional.

Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação por uma sessão do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde. Além disso, manifestou apoio à candidatura do Deputado Antonio Brito à Presidência da Casa, destacando simpatia por sua possível eleição. Fez dois pedidos específicos: que Brito instalasse a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Abuso de Autoridade e colocasse em votação o Projeto de lei nº 2.858, de 2022, que concede anistia aos participantes das manifestações ocorridas em Brasília (DF) no dia 08 de janeiro de 2023.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

constitucional em saúde. Ressaltou que Antonio Brito, seu colega baiano, não compactuaria com a anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos. Criticou ainda aqueles que atacaram instituições, como o Supremo Tribunal, o Congresso e o Palácio do Planalto, afirmando que deveriam arcar com as consequências de suas ações.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde. Além disso, afirmou que, se houvesse prisões por vandalismo, deveriam incluir a CUT, sindicatos e o MST, que já teriam causado danos à Esplanada e ao Congresso. Sugeriu que, nos atos de 8 de janeiro, a Guarda Presidencial teria sido dispensada previamente e que infiltrados seriam responsáveis pelos atos de destruição.

José Nelto (UNIÃO - GO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento de votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado criticou o que considerou ser um discurso incoerente da Esquerda que obstruiu os trabalhos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para evitar votações, enquanto acusa a Oposição de fazer o mesmo. Afirmou que a interferência ocorreu em conluio com a Presidência da Casa, interrompendo a deliberação de projetos, e destacou a importância de seguir as regras processuais de forma clara.

Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Jorge Solla (PT - BA) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o Partido dos Trabalhadores (PT), alegando que o Partido precisava de uma narrativa para explicar seus erros. Afirmou que o *impeachment* de Dilma Rousseff e a operação Lava Jato se originaram de disputas internacionais do próprio PT, citando o caso da prisão de Delcídio do Amaral como exemplo de divisões no Partido. Afirmou que o atual Governo segue um padrão de busca de problemas para seus problemas, indicando que Bolsonaro será responsabilizado por questões internas. Além disso, rebateu alegações de que o Governo anterior teria encerrado programas como o Mais Médicos e habitacionais.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que altera a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado esclareceu que, apesar das emendas parlamentares poderem ser usadas na saúde, atualmente não é permitido utilizar esses recursos para comprar equipamentos hospitalares para hospitais universitários vinculados ao Ministério da Educação, devido a uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU). Explicou que o Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2024, que dispõe sobre as despesas de custeio e de investimento com os hospitais universitários federais, para fins de apuração do gasto mínimo constitucional em saúde, visa corrigir essa restrição, autorizando o uso de recursos para esses hospitais.

Pedro Jr (PL - TO) - O Deputado lamentou o veto do Presidente da República ao Projeto de Lei nº 397, de 2024, que autorizava a prorrogação de pagamentos e financiamentos de créditos rurais em situações de calamidade pública. Além disso, pediu ao Presidente do Congresso, Senador Rodrigo Pacheco, que pautasse o veto para tentar derrubá-lo, enfatizando a importância do projeto para os produtores rurais, especialmente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

os da agricultura familiar. Nesse sentido, pediu também o apoio da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da Comissão de Agricultura.

Jorge Solla (PT - BA) - O Parlamentar, em resposta a um ataque de um Deputado bolsonarista que questionou sua idoneidade e patrimônio, afirmou que sua carreira de 40 anos como médico e gestor público é transparente e justificada. Além disso, criticou o Deputado por não participar de debates e apenas buscar visibilidade nas redes sociais, apontando a ausência de experiência profissional do mesmo. Em seguida, denunciou a estratégia para anistiar os envolvidos na tentativa de golpe de Estado no dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), enfatizando que tais ações contra a democracia não devem ser perdoadas. Concluiu defendendo a democracia e o Estado Democrático de Direito, ressaltando os avanços do Governo Lula em áreas como emprego, saúde e economia.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.671, de 2023, que institui diretrizes de implementação de equipamentos e de medidas de segurança voltadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar.

Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.671, de 2023, que institui diretrizes de implementação de equipamentos e de medidas de segurança voltadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.671, de 2023, que institui diretrizes de implementação de equipamentos e de medidas de segurança voltadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.671, de 2023, que institui diretrizes de implementação de equipamentos e de medidas de segurança voltadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar. Em seguida, criticou a proposta de anistia aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF). Argumentou que essa anistia está sendo comparada de forma inadequada à anistia de 1979, que ocorreu em um contexto de ditadura militar. Além disso, afirmou que a atual tentativa de anistia poderia absolver aqueles que atacaram a democracia, como um meio de restabelecer a elegibilidade política do ex-Presidente da República, Jair Bolsonaro.

Eliza Virgínia (PP - PB) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.671, de 2023, que institui diretrizes de implementação de equipamentos e de medidas de segurança voltadas à prevenção e ao combate à violência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

em âmbito escolar. Na oportunidade, destacou a aprovação da Lei Municipal nº 14.877, de 2023, que introduziu dez medidas de segurança para escolas e creches em João Pessoa (PB), tendo sido a autora do projeto.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.671, de 2023, que institui diretrizes de implementação de equipamentos e de medidas de segurança voltadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar. Em seguida, anunciou o lançamento da "Carta Compromisso Orçamento Mulher" pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, que visa incentivar candidatos e candidatas nas eleições municipais a priorizar a igualdade de gênero e raça no planejamento orçamentário das cidades; e convidou todos a assinarem a carta como um compromisso para construir um futuro mais justo.

Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.671, de 2023, que institui diretrizes de implementação de equipamentos e de medidas de segurança voltadas à prevenção e ao combate à violência em âmbito escolar.

Eliza Virgínia (PP - PB) - A Deputada expressou indignação em relação ao Governo, criticando-o por manobras de obstrução. Destacou a urgência de evitar tragédias como a morte de Clezão, que foi preso nos atos antidemocráticos em Brasília (DF). Em seguida, criticou a nomeação da nova Ministra dos Direitos Humanos, argumentando que a cor da pele não define o caráter de uma pessoa. Além disso, mencionou o caso de suposto assédio sexual envolvendo o ex-Ministro Silvinho Almeida, expressando sua desaprovação com o incidente.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a gestão do Governo Lula diante das queimadas no Brasil, especialmente no Acre. Acusou o Governo de culpar terceiros, como o agronegócio e mudanças climáticas, em vez de reconhecer falhas e cortes de verbas para o combate aos incêndios. Apontou também a falta de ação da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e a ausência de ativistas que antes criticavam o Governo anterior. Além disso, destacou os riscos à saúde causados pela poluição do ar e a suposta inação do Ministério da Saúde, concluindo que o Governo é mais eficaz em discursos do que em soluções práticas.

Julio Arcoverde (PP - PI) - O Deputado prestou homenagem pelo centenário de nascimento do advogado, professor, desportista e líder político, Afrânio Messias Alves Nunes, destacando sua dedicação ao Piauí como fundador do River Atlético Clube, membro da Academia de Letras do Médio Parnaíba, e lembrado por seu compromisso com o progresso do Estado e seu legado de liderança e integridade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 166.2024

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária (virtual)

Data: 10/09/2024

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a sanção da Lei nº 14.883, de 2024, que nomeia Nova Friburgo (RJ) como a Capital Nacional da Moda Íntima. Lembrou ter sido a Relatora na Comissão de Constituição e Justiça, do Projeto de Lei nº 3.989, de 2020, que conferiu ao Município o referido título. Destacou que em 2017, a cidade gerava 20 mil empregos produzindo 114 milhões de peças de moda íntima anualmente, e atualmente produz 336 milhões de peças, 28 mil empregos, representando 36% da produção nacional. Além disso, mencionou que parte da produção é exportada para os Estados Unidos, Portugal, Argentina e Uruguai, dentre outros países.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado elogiou a liderança do Presidente Lula pela deflação de 0,02% registrada em agosto de 2024, destacando o desenvolvimento econômico alinhado ao bem-estar social. Mencionou a queda nos preços de alimentos e habitação como alívio para as famílias e a manutenção da inflação dentro da meta como um sinal de responsabilidade fiscal. Além disso, ressaltou o compromisso do Governo com a justiça social, incluindo a elevação do salário mínimo e programas de redistribuição de renda. Por fim, parabenizou o Presidente Lula e sua equipe pela gestão econômica e incentivou o apoio contínuo a políticas de prosperidade com justiça social.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado destacou a urgência da prevenção ao suicídio, especialmente entre jovens, mencionando o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio como um momento para reflexão e ação. Ressaltou fatores como pressão social, *bullying* e falta de apoio emocional, enfatizando a necessidade de políticas públicas voltadas à saúde mental, campanhas de conscientização e um sistema de saúde eficiente. Além disso, chamou à ação para criar espaços seguros onde os jovens possam expressar suas dores e comprometeu-se com a defesa da vida e a redução dos casos de suicídio.

José Guimarães (PT - CE) - O Deputado destacou o crescimento do PIB brasileiro, que atingiu 1,4% no trimestre, e 3,3% no acumulado de um ano, posicionando o Brasil como o País com maior crescimento no G20. Ressaltou que esse crescimento foi o resultado da política econômica do Governo Lula, liderada pelo Ministro Fernando Haddad. Mencionou recordes de exportações, a criação de 1,3 milhão de empregos formais e o controle da inflação. Citou que a política econômica atual reconstruiu a estabilidade do País após governos anteriores e trouxe projeções de crescimento contínuo. Revelou que o êxito alcançado se deve ao projeto nacional de desenvolvimento sustentável, que tem o Estado como indutor do crescimento econômico e a democracia como sustentação do diálogo para formação de consensos.

ENCERRAMENTO